



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 048/2025, DE 04 DE AGOSTO DE 2025.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO (Prefeita Naiara Castro)

MATÉRIA: DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA ADMINISTRATIVA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORADA NOVA/CE E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO.

A propositura acima indicada foi encaminhada pelo Poder Executivo, protocolada nesta Casa na data de 06/08/2025, por intermédio da Mensagem nº 035/2025 ao Projeto de Lei nº 048/2025, de 04 de agosto de 2025, com esteio no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica desta municipalidade.

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a possibilidade de o Município de Morada Nova/CE, por meio da Administração Direta e das Autarquias Municipais, firmar Termos de Parceria Administrativa com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativas, com ou sem a formalização de transferência de bens e serviços, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

DO DIREITO.

Dada a autonomia legislativa municipal delegada pelo art. 1º, art. 29 e inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Município a edição de lei local tratando da matéria.

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

**Art. 28. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu Art. 12, inciso I, "ex vi legis":



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:

I – respeito à Constituição Federal e Estadual;

CONCLUSÃO.

A proposta insere-se na esfera de competência municipal, visto que a Constituição Federal, em seu art. 30, inc. I, II e III, estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber e organizar os serviços públicos de interesse local.

O mesmo diploma constitucional determina que o Poder Público poderá realizar a prestação de serviços públicos, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, nos termos do art. 175.

A Lei Orgânica reforça a Constituição Federal ao determinar no seu art. 22, inciso IV que "Compete ao município (...) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial".

Enquanto isso, o art. 116 determina que "incumbe ao Poder Executivo, na forma da lei, a prestação de serviços públicos, diretamente ou através de licitação, sob regime de concessão ou permissão, devendo, através de fiscalização permanente, garantir-lhes a qualidade. "

Assim, o que se conclui dos dispositivos expostos é que as parcerias administrativas realizadas entre o Município e a sociedade civil poderão ser realizadas, a fim de promover a prestação de serviços públicos, entretanto, essas relações deverão ser disciplinadas por lei, garantindo a sua qualidade e eficiência. Nesse sentido, a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, foi aprovada em âmbito federal, regendo o regime jurídico de parcerias, estabelecendo todas as normas gerais para essa relação vertical.

Logo, após a análise da matéria, esta Comissão de delibera pela aprovação e consequente regular tramitação do Projeto de Lei nº 48/2025, visto que o objetivo da mencionada proposta à norma encontra-se guarida orçamentária para sua execução, o que de pronto fica demonstrado que sua aprovação não apresenta riscos às finanças municipais.



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

VOTO.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente, **por unanimidade dos membros, à APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 048/2025**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado para sua aprovação, conforme determinam o art. 53 e seguintes da LOMMN, e art. 132 e seguintes do RICMMN, tudo de acordo com orientação da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal.

É O PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,
em 13 de agosto de 2025.

Francisca AuriJane Martins da Cunha
Presidente

José Cleidiomar de Souza
Membro

José Gomes da Silva Júnior
Membro